



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem Derivações — Se você **remixar, transformar ou criar a partir** do material, você não pode distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

NoDerivatives — If you **remix, transform, or build upon** the material, you may not distribute the modified material.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or **technological measures** that legally restrict others from doing anything the license permits.

A CARTOGRAFIA DAS FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

THE CARTOGRAPHY OF THE AMAZON FORTIFICATIONS DURING THE 17TH AND 18TH CENTURIES

GRACIETE GUERRA DA COSTA | Pós-doutora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB); doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UnB.

RESUMO

Este artigo faz parte de um projeto de pós-doutorado sobre as fortificações na Amazônia, de 1616 a 1760, fruto da acomodação europeia inscrita na Westphalen Order de 1648 e do Tratado de Madri de 1750. Delimita as posses coloniais no universo amazônico e se caracteriza pela interdisciplinaridade. Nesse contexto, a cartografia, a arquitetura, a história e as relações internacionais se entrelaçam. Examina o contexto histórico, a cartografia dos limites, a geopolítica e a sociologia da conquista. Estuda a cartografia das fortificações na Amazônia brasileira e as características particulares da arquitetura militar produzida na região em meados dos séculos XVII e XVIII.

Palavras-chave: Amazônia; cartografia; fortificações; séculos XVII e XVIII.

ABSTRACT

This article is part of a post doctorate project about fortifications in the Amazon territory from 1616 to 1670. It is the result of the European accommodation according to the Westphalen Order in 1648 and the Treaty of Madrid in 1750. It stipulates the borders for colony properties in the Amazonian scope and is characterized by its multiplicity. In this context, cartography, architecture, history and foreign affairs share a link. This work also examines the historical context, the border cartography, the geopolitics and the sociology of the conquest. The aim is to study Brazilian amazon fortifications and the particular characteristics of the military architecture produced in the 1600's and 1700's.

Keywords: Amazonian; cartography; fortifications; 17th and 18th centuries.

RESUMEN

Este artículo forma parte de un proyecto de postdoctorado sobre las fortificaciones en la Amazonía desde 1616 hasta 1760, fruto de la acomodación europea inscrita en la Westphalen Order de 1648 y del Tratado de Madrid de 1750. Delimita las posesiones coloniales en el universo amazónico y se caracteriza por la interdisciplinariedad. En este contexto, la cartografía, la arquitectura, la historia y las relaciones internacionales se dan la mano. Examina el contexto histórico, la cartografía de los límites, la geopolítica, la sociología de la conquista. Estudia las fortificaciones en la Amazonía Brasileña y las características particulares de la arquitectura militar producida en dicha región a mediados de los siglos XVII y XVIII.

Palabras clave: Amazonía; cartografía; fortificaciones; siglos XVII y XVIII.

INTRODUÇÃO

A busca de informações sobre as fortificações da Amazônia no Brasil, algumas esquecidas da história das relações internacionais, ajudará a esclarecer a geopolítica da Hileia.

O texto privilegiará algumas das doze fortificações do arco arquitetado pelos portugueses. Considerando o peso simbólico de tais edificações na segurança colonial, a pesquisa procurará pontuar os limites setentrionais das posses lusitanas e as dificuldades para defendê-las.

As fortalezas erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia ibérica, a favor de eficientes políticas de defesa.

Os portugueses enfrentaram a resistência da população indígena. Lutas, massacres e mortes dos verdadeiros donos da terra, presos pelas *tropas de resgate*, compõem a memória das fortificações: do Presépio (Belém – PA); Santo Antônio de Gurupá (Gurupá – PA); Fortaleza da Barra (Manaus – AM); Forte de Fortaleza do Tapajós (Santarém – PA); Forte de Paru (Almeirim – PA); Forte dos Pauxis (Óbidos – PA); Forte Nossa Senhora da Conceição – Rondônia (RO); Forte de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas (AM); São Joaquim do Rio Branco (Boa Vista – RR); São Francisco Xavier (Tabatinga – AM); Forte Príncipe da Beira (Costa Marques – RO) e Fortaleza de Macapá – Amapá (AP).

Como arquiteta/urbanista, incomoda à autora a descrição nada precisa da localização dos fortes. Por exemplo, afirmar que estavam “na margem esquerda do rio...”. Daí a opção de



Figura 1. Mapa da Amazônia com a localização dos 11 fortes. Fonte: Comando Militar da Amazônia, 2013

trabalhar com as coordenadas geográficas das fortificações, para solucionar dúvidas quanto à localização e à geonímia.

A abordagem sobre os religiosos e o seu poder de comunicação mostrará a influência da Igreja.

Por ordem cronológica, a pesquisa estuda a chegada dos portugueses na Amazônia, do leste para oeste, e do sul para o norte. O estudo se concentrará no início da ocupação com as fortificações erigidas de 1616 a 1697 e mostrará as mudanças da toponímia privilegiando a origem portuguesa em outras erigidas de 1754 a 1776.

FORTE DO PRESÉPIO OU FORTE DO CASTELO, BELÉM – PA (1616)

Coordenadas geográficas: 01° 27' 16" S 048° 30' 19" W

O Forte do Presépio (Vianna, 1905) teve diversos nomes ao longo de sua história: Forte do Presépio de Belém, Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte do Senhor Santo Cristo e Forte do Castelo. Atualmente, é denominado Forte do Presépio, que foi o escolhido pelos portugueses.

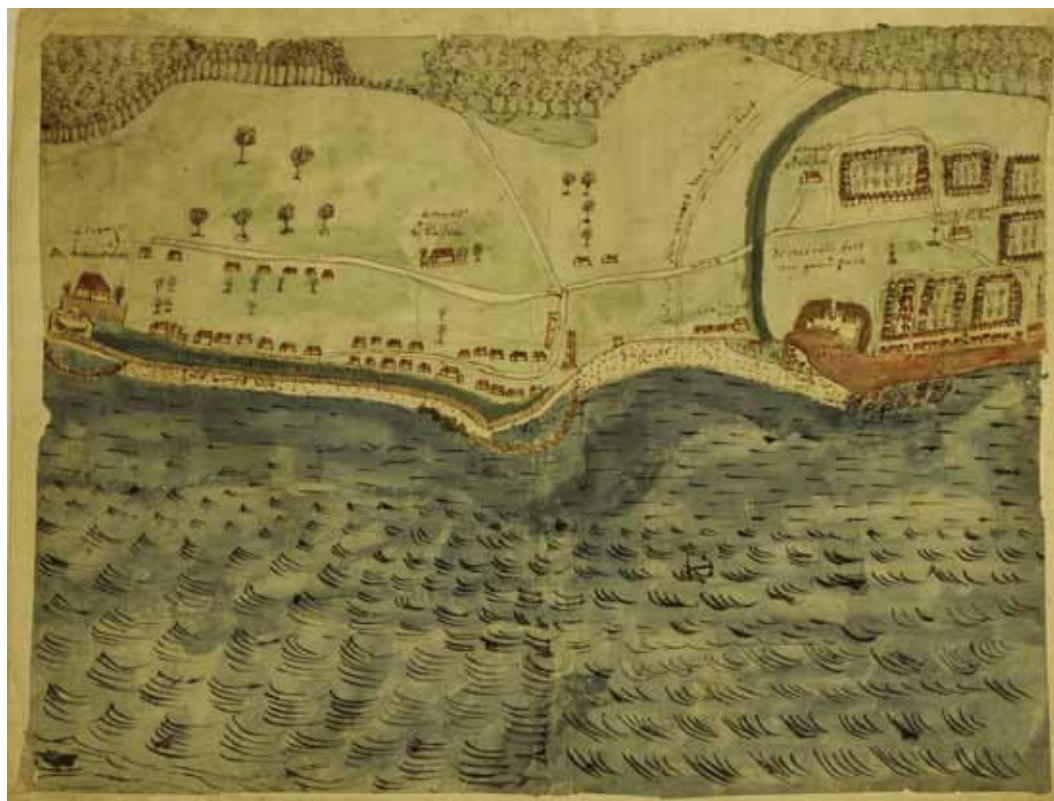


Figura 2. Planta geral da cidade de Belém do Pará. Original manuscrito de meados do século XVII (presumivelmente, por volta de 1640). Arquivo Real de Haia, Países Baixos. Fonte: Ferreira, 2006

A fundação de Belém (Prefeitura Municipal de Belém, 1996) culminou com a grande cruzada das monarquias ibéricas contra a presença estrangeira no litoral norte de Pernambuco. A viagem ao Pará não pode ser entendida em separado do estabelecimento dos franceses no Maranhão, que começou a partir de uma feitoria fundada por Charles de Vaux e Jacques Riffaut, em 1594, na ilha de São Luís (Araújo, 1998).

Partindo de São Luís do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, numa expedição com duzentos homens, transportada em três embarcações, dirigiu-se à foz do rio Amazonas, com o objetivo de fortificá-la.

Os exploradores portugueses acreditaram que a estrela de Belém guiara Castelo Branco até chegar a bom porto, *Transeamus usque Bethlem*, segundo o Evangelho de São Lucas (Azevedo, 1901). Em 18 dias de viagem, em 12 de janeiro de 1616, desembarcaram nas tabas tupinambás, onde estabeleceram uma fortificação que denominaram de Forte do Presépio e batizaram a região de “Feliz Luzitânia” (Reis, 1956).

Ela serviria de trampolim para a penetração e ocupação do vasto território desconhecido que lhe ficava a oeste. Ajudados pelos tupinambás, levantaram uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando um parapeito do lado do mar, onde montaram dez peças de artilharia, as quais trouxeram da frota (Reis, 1982).

A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se bem aos dispositivos de defesa militar. Tinha duas faces para os dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra; fácil seria isolá-la e defendê-la. O forte erguido era de paliçada,¹ em quadrilátero, feito de taipa de pilão na parte do rio e guarnecido por cestões na parte de terra.

Peças de artilharia apontavam para os inimigos eventuais (Garcia, 2006). Portugal e Espanha plantaram-se à foz do rio Amazonas e se preparavam para o combate contra os ingleses e holandeses, então donos do vantajoso comércio na calha do rio Amazonas.

Ao longo da primeira metade do século XVII, Belém ganhou as suas primeiras ruas e saídas pelo forte e pela Igreja Nossa Senhora da Graça, a primeira erguida no povoado (Amaral, 2010, p. 101). Nesse período, observaram-se as primeiras edificações, feitas com materiais simples, predominantemente de taipa e taipa de pilão. Entre o rio e o igarapé, cercada por grandes massas hídricas e florestais, Belém chegou à primeira metade do século XVII como um núcleo colonial de pequena expressão.

O forte sofreu reformas em 1759 e em 1773. A partir de 1759, uma parte de suas instalações foi transformada em hospital. Em pouco tempo, o então governador Fernando da Costa de Ataíde Teive o transformou em hospital militar. Hoje, esse local é conhecido como a Casa das Onze Janelas.

Reformado e rearmado a partir de 1850, durante o governo de Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província do Pará, o Forte do Presépio recebeu limpeza geral interna.

1 Paliçadas de pau a pique: vedação feita com estacas de madeira fina fincadas na terra, obtida por uma trama de varas de madeira, fixadas no piso e no teto, coberta por argamassa.

Posteriormente, ganhou novos aposentos para a tropa, a casa do comandante, a ponte sobre o fosso, um portão e muralha de cantaria² pelo lado do rio Guamá.

Em 1907, o governo federal autorizou a companhia Port of Pará a instalar-se nas dependências da edificação, e a promover as mudanças que lhe fossem convenientes, desde que se comprometesse a devolver o forte com as muralhas reconstruídas e reformado. Em 1920, passou a ser administrado pelo Exército brasileiro.

As dependências do forte foram utilizadas para diversas finalidades, tais como depósito de armamentos, munições ou outros materiais. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu de quartel para uma bateria de artilharia. Na década de 1950, as suas dependências abrigaram diversos serviços da 8ª Região Militar. Em 1962, o Forte do Presépio foi tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Reformas e modificações atendiam a variados usos e descaracterizaram totalmente o Forte do Presépio. Ele abrigou um restaurante, bar, depósito e salão de festas da sede social do Círculo Militar de Belém. A partir de 1983, o Exército brasileiro, com recursos da Fundação Pró-Memória, realizou obras de conservação e restauro.

Em visita ao forte,³ em outubro de 2014, verificou-se que está aberto à visitação pública, e em bom estado de conservação. Possui um museu, com objetos arqueológicos encontrados nas escavações realizadas. As atividades são elaboradas em parceria com a Universidade Federal do Pará, CNPq, Governo do Estado do Pará, Iphan, como roteiro geo-turístico.

FORTE DE SANTO ANTÔNIO DE GURUPÁ - PA (1623)

Coordenadas geográficas: 01° 21' 43" S 051° 37' 15" W

O Forte de Santo Antônio de Gurupá localiza-se na ilha de Gurupá, a oeste da ilha de Marajó, à margem direita do rio Amazonas, no estado do Pará. Fundado em maio de 1623, no mesmo local onde os holandeses construíram, em 1610, o Forte Mariocai ou Mariocay. Seu nome advém da língua falada por índios residentes entre a foz do rio Peri e a do rio Acaraí, à margem esquerda do rio Xingu, afluente do rio Amazonas (Vianna, 1905, p. 233).

A ilha mede 151 km de comprimento e 35 km de largura. É contornada pelo rio Amazonas, pelo canal de Gurupá e pelo "Furo"⁴ de Santa Maria.

2 Muralha de cantaria era uma muralha de pedras lavradas e cortadas segundo as regras da estereotomia para serem aplicadas como constituição da própria muralha.

3 Visita realizada pela autora, em 9 de outubro de 2014.

4 Furo é sempre um canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Existem furos que interligam braços de rios no meio de uma planície. Outros cortam ilhas fluviais, transversal e obliquamente (furos do arquipélago fluvial das Anavilhanas). Os rios mandam águas para os lagos através dos furos. No estuário do Pará existe verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário (Ab'Sáber, 2003, p. 70-71).

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DO RIO NEGRO, MANAUS – AM (1669)

Coordenadas geográficas: 03° 08' 55" S 059° 57' 16" W

Em 1668, o general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o capitão Francisco da Mota Falcão erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas (Costa, 2013).

A região onde os portugueses o implantaram correspondeu ao local da antiga aldeia dos manáos (Monteiro, 1994), e também a um dos antigos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares: um grande platô de desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do rio Negro, próximo à confluência com o rio Solimões (Costa, 2013).

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do rio Tarumã-Açu (a oeste) até a curva do rio Negro (na porção sul); que o cateto mediano se desenvolve da curva citada à foz do braço do rio Puraquequara (a leste), já acompanhando o rio Amazonas, após o chamado “encontro das águas” dos rios Negro e Solimões; e que o cateto maior corresponde à linha interiorana que une as duas fozes. Desta vasta gleba de terra – hoje praticamente toda ocupada pela cidade de Manaus –, uma fração menor foi escolhida para a construção de uma fortificação: um sítio localizado junto ao cateto menor, todo banhado pelo rio Negro, desta vez delimitado pelos igarapés⁵ de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Ab'Sáber (2004), o sítio onde foi implantado o forte “possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional”.

A Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o rio Negro das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, com altitude de 44,99 metros sobre o nível do mar, a 03° 08' 07" de latitude sul e 060° 61' 34" de longitude oeste de Greenwich.

A autoria do projeto (ou do desenho) do Forte da Barra é atribuída ao próprio capitão Francisco da Mota Falcão, ajudado por seu filho Manuel da Mota Siqueira que, segundo o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1825), era “grande sabedor de assuntos militares”. Uma fortaleza de forma quadrangular foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam índios manáos, barés, banibás, passés, aroaquis, juris e de outras tribos; não tardou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus.

5 Igarapés – do tupi iara'pé, “caminho d'água” – são canais naturais, estreitos, entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme. Os banhos de igarapé faziam parte do hábito do amazonense.



Figura 3. Planta do Forte de São José da Barra executada pelo capitán ingeniero João André Eschwel, no ano de 1756. Fonte: Mapa pertencente a Loureiro e Luciana Gil, Manaus, 2013

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira (2007) nos relata que, em 1774, a guarnição ordinária do forte era composta de cem praças e de uma companhia de infantaria auxiliar com o mesmo efetivo. Sob o governo do brigadeiro Manuel da Gama Lobo D'Almada, tornou-se sede da capitania de São José do Rio Negro, em 1791, e elevada à categoria de vila da Barra do Rio Negro, em 29 de março de 1808.

Do antigo Forte de São José da Barra do Rio Negro nada mais existe. É provável que tenha sido demolido e suas pedras usadas para outros fins.⁶

⁶ Visita realizada pela autora, em 20 de agosto de 2013, ao suposto local do Forte da Barra, em Manaus.

FORTE DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DO PARU OU FORTE DA VILA DE ALMEIRIM – PA (1680)

Coordenadas geográficas: 01° 31' 43" S 052° 34' 37" W

Situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas no estado do Pará, antiga aldeia do Paru, o Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru tem nome de peixe, também chamado de peixe-enxada e peixe-frade. Foi originada com os índios descidos do centro, e prosperou quando se uniu à taba dos índios do rio Uacapari. Os fundamentos do povoado foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio no mesmo local onde existia a aldeia (Machado, 1990).

Francisco da Mota Falcão, em 1669, já havia construído a Fortaleza da Barra do Rio Negro que deu origem à cidade de Manaus, e também as instalações da Fortaleza de Santarém na boca do rio Tapajós, em 1697. Em 1745, devido ao desgaste do tempo e do clima quente e úmido, o Forte do Paru teve que ser reconstruído. Como não havia meios para pagamento de soldos aos reconstrutores, os próprios soldados arcaram com os custos de manutenção e obras de reconstrução, em troca de promoção de patente, ou recepção de cargos e honorárias por tempo determinado (Castro, 2009, p. 37-38). A guarnição do forte era sempre um problema.

FORTE DE SANTO ANTÔNIO DOS PAUXIS DE ÓBIDOS – PA (1685)

Coordenadas geográficas: 01° 54' 50" S 055° 31' 16" W

O Forte de Santo Antônio dos Pauxis fica localizado na região de Óbidos, interior do estado do Pará, na antiga aldeia dos pauxis, à margem esquerda do rio Amazonas, local onde suas águas se apresentam com 1.854 m de largura e chegam a oitenta metros de profundidade. Sua importância estratégica já havia sido avaliada por Orellana e seus companheiros de aventura (Carvajal, 1992).

Um século depois da viagem de Orellana, o jesuíta Cristóbal de Acuña (1865), em seu relato de viagem, mencionou a importância estratégica do maior estreito do rio. Em 1637, subindo o rio Amazonas em direção a Quito, na jornada que se estendeu até o Napo, Pedro Teixeira notou a garganta do rio (Vianna, 1905).

O forte foi construído em função da característica geográfica mencionada, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, na parte mais estreita, e com seu canal mais profundo, no local conhecido como a "garganta do rio Amazonas", ou a "fivela do rio", como preferem outros. Nesse ponto, a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal.

FORTALEZA DO TAPAJÓS – SANTARÉM – PA (1697)

Coordenadas geográficas: 02° 26' 14" S 054° 42' 48" W

Santarém situa-se à margem direita do rio Tapajós, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, à meia distância das principais capitais da Amazônia (Belém e Manaus).

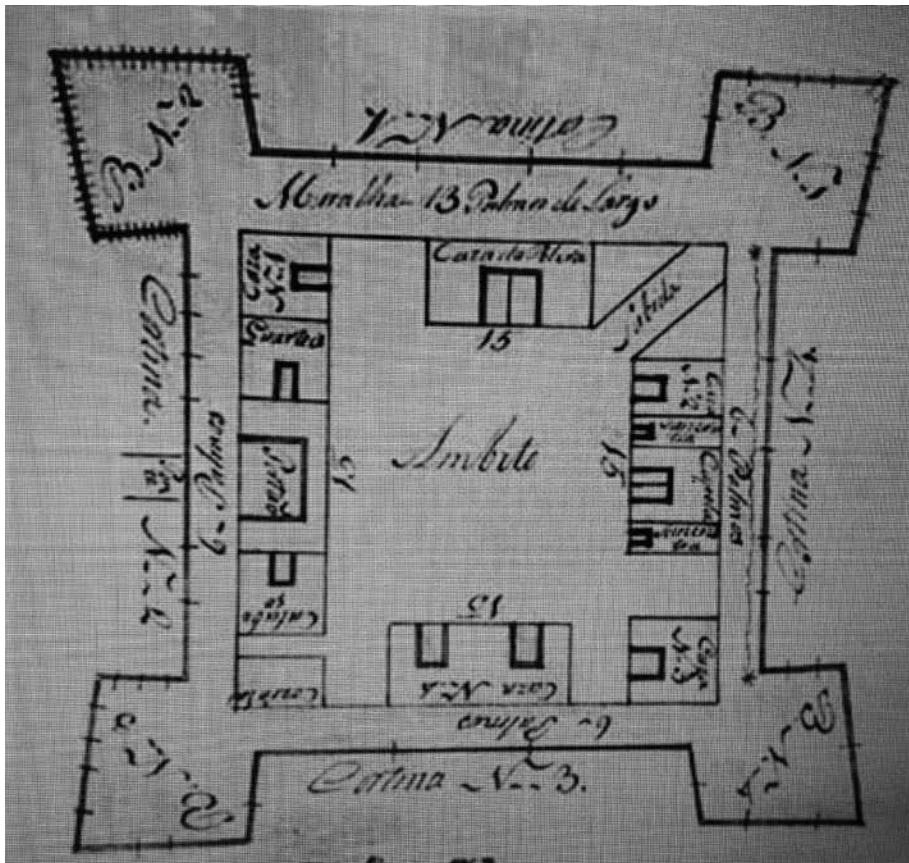


Figura 4. Planta do Forte de Santarém, 1803. Fonte: Castro, 2009

A primeira referência escrita de que se tem notícia com relação ao contato de brancos civilizados com os índios tupaiús ou tapajós foi em 1542, onde se relata que Francisco Orellana saqueou as plantações de roça e milho desses índios (Fonseca, 1996).

Em 1626, o capitão português Pedro Teixeira partiu de Belém chegando à taba dos tupaiús com o objetivo de comprar silvícolas prisioneiros de guerra de outras tribos, para depois escravizá-los. No entanto, os tupaiús não aceitavam esse tipo de negócio, cabendo ao capitão adquirir esteiras e outras curiosidades, além de manter um ótimo relacionamento (Reis, 1966).

Em 1639, Bento Maciel, o sargento-mor da capitania do Cabo Norte, investiu de surpresa sobre a aldeia dos índios tapajós, dizimando grande número de índios. Em 1659, chegou à região o padre Antônio Vieira, o primeiro jesuíta que veio expressamente ao Tapajós. Assim, diversas ordens religiosas vieram para a Amazônia, e coube à Companhia de Jesus as terras que ficassem ao sul do rio Amazonas, ou seja, aquelas da margem direita. Em 22 de junho de 1661, o padre João Felipe Bettendorf instalou uma missão na aldeia dos índios tapajós.

Com o progresso das missões, Francisco da Mota Falcão iniciou a construção de uma fortaleza, que após a sua morte foi terminada por seu filho, Manoel da Mota Siqueira, em 1697. Essa Fortaleza do Tapajós tinha a forma quadrada, com baluartes nos ângulos, numa colina próxima ao rio Tapajós, para melhor proteção dos ataques de estrangeiros, formando um pequeno povoado (Fonseca, 1996).

Depois de 1757, com a extinção das missões religiosas, o pequeno povoado ficou em total abandono. A antiga aldeia dos tapajós foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758, pelo governador da província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Santarém, uma homenagem dos portugueses à cidade lusitana de mesmo nome, em homenagem a Santa Irene de Portugal. Em 1762, estando em ruínas, a Fortaleza do Tapajós foi reconstruída, passando por diversos reparos. Hoje nada mais existe.

A partir de 1819, diversas expedições científicas visitaram a vila de Santarém, entre elas a dos cientistas europeus Carlos Frederico von Martius e Johann Baptist von Spix (1975). Somente em 24 de outubro de 1848 a vila de Santarém foi elevada à categoria de cidade pela lei n. 145.

FORTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM (1761)

Coordenadas geográficas: 00° 07' 48" S, 067° 05' 20" O.

O Forte de São Gabriel da Cachoeira está no morro da Fortaleza, à margem esquerda do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas (Baena, 2004, p. 324). Situa-se na fronteira do rio Negro ao norte do Brasil, em locais de antigos acampamentos de tropas de resgate. Essas áreas foram escolhidas pelos portugueses em função de suas características estratégicas militares, em geral grandes platôs de desenho triangular ou quadrado, vastamente irrigados, parte delas localizando-se no meio da floresta, às margens dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Guaporé, Branco e outros. No caso de São Gabriel, é na bacia do rio Uaupés ou Caiari (Silva, 1977, p. 26-27), afluente que desemboca no rio Negro, pela margem direita em local de cachoeiras.⁷

O mapa a seguir elaborado pelo coronel Manuel da Gama Lobo de Almada mostra a localização da Fortificação de São Gabriel, e duas outras fortificações castelhanas. Segundo carta de Delgado, de 29 de agosto de 1761, na margem esquerda do rio Negro, ao lado das corretezas, em cima de um morro de pedra, foi levantado o Forte de São Gabriel, pelo capitão José da Silva Delgado, no lugar mais estreito do rio Negro (Reis, 1966). Para Adler Homero (Castro, 2009), o capitão Delgado informou nessa carta ao governador do Rio Negro que a construção estava concluída.

7 Cachoeiras – Na Amazônia, são lugares onde o curso de água apresenta algum declive, com rebojos, corredeiras e verdadeiras cachoeiras ou quedas de água. Essas, aliás, bem raras na Amazônia. Como se trata de denominação indígena, vem os nomes em uma construção semelhante ao genitivo possessivo saxônico, que é muito do espírito da língua tukano, e em geral das línguas indígenas da região: *lauareté-cachoeira*, *pari-cachoeira* etc. (Silva, 1977, p. 12-13).

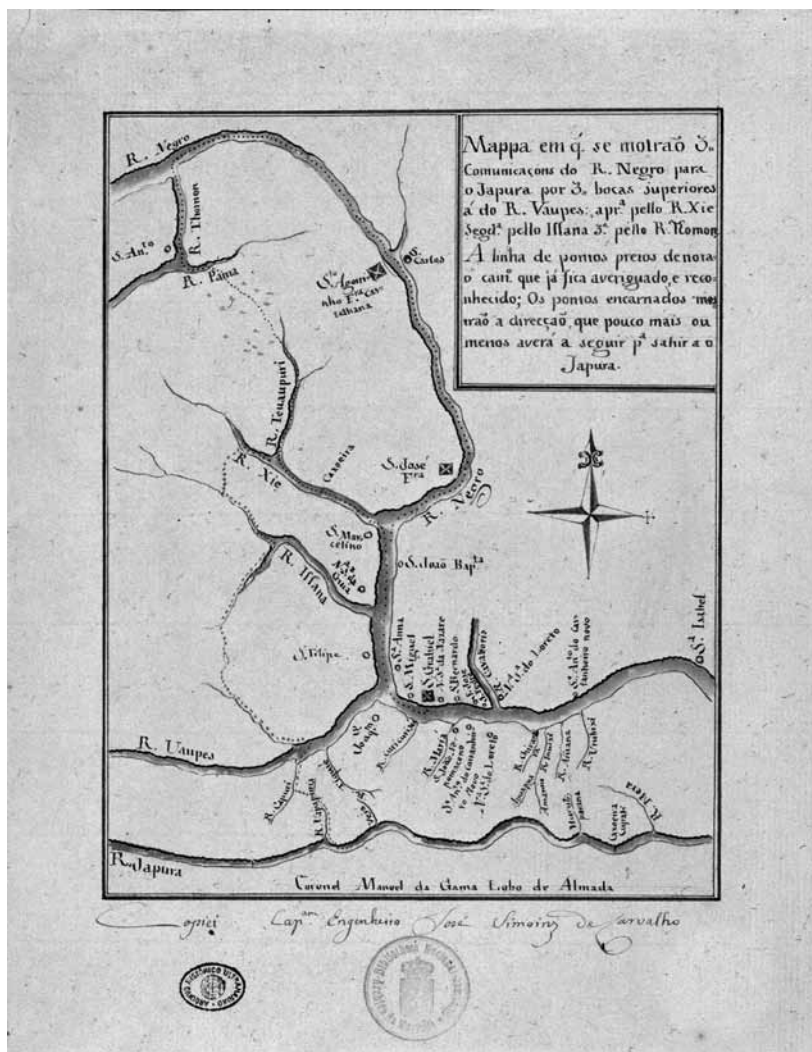


Figura 5. Mapa elaborado por Manuel da Gama Lobo de Almada em que se mostram três comunicações do rio Negro para o Japurá por três bocas, no Amazonas. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, AHU – RN_755

Nas narrativas da história, o forte parece grande, mas o espaço observado *in loco* durante nossa pesquisa não comporta uma grande fortificação, tendo em vista que o morro com a pedra elevada é pequeno.

As defesas construídas pelo capitão Delgado, em madeira, não foram aprovadas pelo governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, que enviou o engenheiro cartógrafo alemão Felipe Frederico Sturm para vistoriar a fortaleza e construir uma nova fortificação.

Em 1762, Felipe Sturm verificou que a fortaleza não oferecia condições de artilharia e era vulnerável a inimigos. Sturm recomendou então a manutenção da casa-forte, mas que sua defesa fosse reforçada por outros dois fortes: um na margem norte do rio Negro, outro em Marabitanas. Sturm continuou estudos exaustivos no rio Negro, das cachoeiras para cima, que foram considerados por Lacerda e Almeida, pelo capitão Joaquim Ferreira, em 1781,

pelo tenente Marcelino José Cordeiro, de 1784 e 1788, e por Manoel da Gama Lobo de Almeida, mais eficazes do que aqueles elaborados anteriormente.

Essa nova fortificação, entretanto, teve uma vida muito curta, necessitando ser reerguida 13 anos após a sua construção.

Em 1985, com a criação do Projeto Calha Norte, a posição de São Gabriel da Cachoeira foi escolhida como local estratégico para o início da construção do Batalhão Especial de Fronteira, representando o marco do apoio aos polos irradiadores do desenvolvimento social e ambiental sustentável. Esse primeiro projeto foi elaborado, por licitação, pela arquiteta Graciete Guerra da Costa (1985).

Em novembro de 2012, durante visita a São Gabriel da Cachoeira, constatou-se que o local se encontra ocupado por uma caixa d'água da Companhia de Saneamento do Amazonas (à época Cosama). Hoje, São Gabriel da Cachoeira se firmou como área de intercâmbio fronteiriço, confirmando assim o acerto de sua localização pelos portugueses. Atualmente, nada mais resta do forte.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ – AP (1764)

Coordenadas geográficas: 0°01'51.81"N 51°02'56.88"W

As terras situadas acima da margem norte do rio Amazonas eram denominadas como "as terras do cabo do Norte" devido à geografia do cabo lá existente, informa Renata Araújo (1998). Seus limites naturais estavam ao norte com o rio Oiapoque, a sul o rio Amazonas, a leste o oceano Atlântico e a oeste o rio Jari. Toda essa extensão mencionada define hoje o estado do Amapá (Araújo, 1998, p. 145).

A Fortaleza⁸ de São José do Macapá localizada à margem esquerda do rio Amazonas, na antiga *província dos tucujus*, hoje integra a paisagem da capital do Amapá.

A antiga vila de Macapá controlava a "boca" setentrional daquele rio, e isso lhe conferia importância estratégica. A coroa portuguesa, na sequência do Tratado de Madri de 1750, já se preocupava em garantir a posição conquistada. Em 1758, com a elevação à vila de Macapá, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763) decidiu construir, em 1761, um fortim⁹ de faxina, trabalho delegado ao alemão capitão eng. Gaspar João de Gronfeld (Ferreira, 2006).

Essa fortificação era muito pequena e de péssimo acabamento, fato que motivou construir uma fortaleza de maior porte. Isso se fez no reinado de d. José e por ordem expressa do marquês de Pombal.

8 Fortaleza – É uma grande construção militar cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral, largamente intervaladas. Possui ainda uma série de posições defensivas complementares.

9 Fortim – É um pequeno forte.



Figura 6. Planta da Fortificação de São José de Macapá, de Henrique A. Galluzzi. Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Segundo Renata Araújo, em 2 de janeiro de 1764, o governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, dirigiu-se à vila de São José do Macapá, em companhia do sargento-mor engenheiro Henrique Antônio Galluzzi, examinou o terreno e aprovou a planta geral de uma nova fortaleza, designando Galluzzi para elaborar o projeto. Galluzzi foi para Macapá como capitão de infantaria com exercício de engenheiro, posto a que fora promovido em 1761 (Araújo, 1998, p. 185).

Depois da Proclamação da República em 1889, a Fortaleza de São José de Macapá foi abandonada. Em 1943, com a criação do território do Amapá, ela abrigou o comando da Guarda Territorial, e suas casamatas foram utilizadas como presídio da cidade.

Com a Revolução de 1964, o governo do território do Amapá manteve apenas o comando da Guarda Territorial nas instalações da fortaleza, agora utilizada como presídio político.

Transferiram-se os demais organismos para outros edifícios do governo. O Clube Social do Círculo Militar na área do entorno leste da fortaleza ocupou local onde originalmente existiam duas baterias baixas.

Do ponto de vista da arquitetura militar, a Fortaleza de Macapá é a que possui os elementos de uma boa fortificação: *ordem, disposição, simetria, eurritmia, decoro e distribuição*, lá reunidos de forma clara e completa. Apesar do Real Forte Príncipe da Beira ser considerado um dos melhores exemplos da perfeita articulação dos seis itens da arquitetura teorizados por Vitruvius, o forte está em ruínas e alguns elementos não são mais visíveis.

A Fortaleza de São José de Macapá está aberta à visitação pública e é considerada uma das sete maravilhas brasileiras.

FORTE DE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – BOA VISTA – RR (1775)

Coordenadas geográficas: 03° 02' 26" N 060° 29' 13" W

O Forte de São Joaquim do Rio Branco está localizado no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o rio Branco. O ponto é estratégico porque o rio Tacutu servia de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas (Ferreira, 1787). O local mais apropriado anteriormente escolhido era entre os dois rios, mas o sítio físico sofria inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura.

O Forte de São Joaquim do Rio Branco foi construído por Felipe Frederico Sturm, em 1775, enviado para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Ele foi escolhido para essa missão porque já havia expulsado espanhóis em Marabitanas e Portugal pretendia ocupar a região do rio Branco efetivamente, com a construção de uma fortificação e a formação de povoações. O comandante do forte seria o representante da política portuguesa e o estrategista da ocupação advinda da expulsão dos espanhóis. Para tanto, os indígenas eram imprescindíveis, como exímios conhecedores da região, mão de obra ou para o povoamento.

Da mesma forma como procedeu em Marabitanas, em 1767, Felipe Sturm situou o Forte São Joaquim no eixo de simetria da povoação, de forma retangular. A escassez de materiais e mão de obra não impediu que Sturm optasse por construir o forte de pedra. Diante da falta de cal para fazer a argamassa, utilizou barro na junção das pedras. A construção estilo Vau-ban ficou, por esse motivo, bem menos resistente. O forte era pequeno, aproximadamente uns 18 m em seu lado maior, com muralhas baixas (5,4 m) e um reparo. O espaço reservado aos canhões era muito estreito, de forma que somente canhões pequenos poderiam ser instalados (Iphan, 2011). Sturm só pôde fazer baluartes plenos na frente, pois na parte posterior foram feitos meio baluartes.

As instalações para a guarnição do forte eram desconfortáveis e só podiam abrigar 15 ou 16 praças. Além das precárias instalações, o forte era vulnerável às cheias do rio e às inundações, que subiam de sessenta a noventa centímetros nas enchentes.

Em 1787, o governador da capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, criticou o forte por ser pequeno. Ainda que fosse muito bem situado, a sua guarnição variava entre quarenta e cinquenta homens (Oliveira, 1968).

A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (2007), que durou quase dez anos (1783-1792), foi a mais importante expedição do século XVIII à Amazônia brasileira. Foram descritas as riquezas naturais e produziu-se como resultado registros históricos, mapas, plantas arquitetônicas, além de recolhas científicas primárias, muitas ainda desconhecidas por mais de dois séculos. Em sua visita à região do forte em 1786, Ferreira realizou iconografia, prospecto e planta da Fortaleza de São Joaquim; planta da capela e residência do capelão do forte. Observou-se que os desenhos das plantas e das duas vistas do forte foram feitas por Antônio José Landi, arquiteto italiano, de Bolonha, que veio ao Brasil, em 1753, junto com Felipe Sturm, na Comissão Demarcadora dos Limites.

O capitão Sturm morreu em setembro de 1778 e foi sepultado na parte externa do Forte São Joaquim, no terreno que servia de cemitério, o que levou Sampaio (1850) a afirmar que a obra havia sido edificada conforme o risco (desenho) do engenheiro, que “assistiu a ela quase todo o tempo que durou a execução”.

Em maio de 1822, a guarnição estava reduzida a apenas sete soldados. Quase dez anos depois, em 1831, Baena (2004) informou que o forte era o mais bem conservado das fronteiras.

CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade presente no estudo da cartografia dos fortes portugueses na Amazônia brasileira autorizou recorrer às: relações internacionais, história, geografia, cartografia dos limites, geopolítica, sociologia da conquista, religião e arquitetura militar.

A pesquisa se concentrou em doze fortificações – Forte do Presépio (Belém); Forte de Santo Antônio de Gurupá (Pará); Fortaleza de São José da Barra (Manaus); Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru (Pará); Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos (Pará); Fortaleza do Tapajós (Pará); Forte de Nossa Senhora da Conceição (Rondônia); Forte de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas); Fortaleza de São José de Macapá (Amapá); Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (Amazonas); Forte de São Joaquim do Rio Branco (Roraima); Real Forte Príncipe da Beira (Rondônia) –, localizadas estrategicamente no norte amazônico, em áreas de fronteira.

A falta de informações específicas sobre os fortes fez com que a pesquisadora recorresse e transcrevesse com suas próprias palavras, trabalhos de historiadores e estudiosos do assunto citados e relatados na bibliografia.

No início do estudo, foram consultadas obras no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro, Biblioteca Arthur Reis em Manaus, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em Manaus, Arquivo do Exército em Tefé (AM), Museu do Exército em São Gabriel da Cachoeira (AM), São José de Marabitanas (AM), São Joaquim do Rio Negro

(AM), Arquivos do Exército em Tabatinga (AM), Arquivos do Exército em Porto Velho (RO), Forte Príncipe da Beira em Costa Marques (RO), Forte Conceição em Costa Marques (RO), Forte São Joaquim do Rio Branco em Boa Vista (RR), Biblioteca da Universidade Federal do Pará e Forte do Castelo em Belém. A coleta e o estudo de mapas levaram a autora à Biblioteca do Ministério da Defesa, em Brasília, fato útil na colagem dos mosaicos da história das fortificações.

Para chegar às localidades dos fortes, a pesquisadora percorreu 41.700 quilômetros em avião, carro, ônibus, barco, voadeira, lancha, canoa e a pé.

A entrada dos portugueses na Amazônia ocorreu do leste para oeste, pela calha do rio Amazonas, e do sul em direção ao norte e ao noroeste, partindo de São Paulo, em fins do século XVII.

O indígena foi vital para o colonizador no processo de desbravamento. Seus atributos incluíam específicos conhecimentos das *drogas do sertão*. Eram exímios remadores e conhecedores das rotas fluviais. Donos de diferentes logísticas e estratégias, seus métodos eram primitivos, mas eficazes. Os padres batizavam e ensinavam a língua portuguesa. No trabalho de catequizar as tribos, embrenhavam-se pelas florestas e fundavam missões.

Erigidas de 1616 a 1697, certas fortificações eram frágeis, de madeira, porque não havia pedra nem cal. Algumas construções não mais existem. É o caso de Manaus, Almeirim e Santarém, coincidentemente construídas pelo mesmo engenheiro militar Francisco da Mota Falcão.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Amazônia do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 2004.

ACUÑA, Cristóvão d'. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas, 1641. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, v. XXX, parte I, 2º trim. 1865.

AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faup, 1998.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*. Lisboa: s.e., 1901.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004. (Série Edições do Senado Federal, v. 30).

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. São Paulo: Scritta, 1992.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Graciete Guerra da. *Manaus: Projeto Calha Norte, 5º BEF de São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro*. Amazonas, 1985.

_____. *Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado histórico do Rio Branco, 1787*. Códice 21, 2, 1 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. III.

_____. *Viagem ao Brasil: a expedição filosófica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (3 v.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. *Fortificações portuguesas na cartografia manuscrita do Brasil*. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2006. Rio de Janeiro.

FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: momentos históricos*. Santarém: Tiagão, 1996.

GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da história: período colonial*. 2. ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Forte São Joaquim do Rio Branco – processo n. 1504-T-02. Estudo histórico. Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, José de Paula. *Tapajós: o baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MARTIUS, Carl Friedrich; SPIX, Johan Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975, tomo 3.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

OLIVEIRA, José Lopes de (cel.). Fortificações da Amazônia. In: ROCQUE, Carlos (org.). *Grande Enciclopédia da Amazônia* (6 v.). Belém: Amazônia Editora, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. *Os caminhos de Belém*. Belém: Agir, 1996.

PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia: em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo*. *Humanidades*, Brasília, EdUnB, v. 1, n. 18, 1988.

_____. *Amazônia, ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956.

_____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161).

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visitação e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos*

anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia, 1825. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

_____. Relação geográfica histórica do Rio Branco da América portuguesa [1777]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XIII, n. 18, 1850.

SILVA,ACIONILIO BRÜZZI ALVES DA. *A civilização indígena dos uaupés: observações antropológicas, etnográficas e sociológicas*. 2. ed. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

VIANNA, ARTHUR. As fortificações da Amazônia. *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*, tomo IV, 1905. Consultado na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) em 7 jan. 2015. (Loc. II, 459, 2, 26).

Recebido em 18/11/2015
Aprovado em 7/12/2015